

Uma lucrativa indústria de doenças

Uma auditoria realizada entre agosto e setembro do ano passado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) detectou 56 tipos de irregularidades cometidas no repasse e aplicação dos recursos por parte dos escritórios regionais do Inamps, secretarias estaduais de saúde e municípios. Eram verbas concedidas sem plano de aplicação e cronograma financeiro, repasse de recursos a omissos na prestação de contas anteriores, utilização do dinheiro do Suds em finalidades não previstas no convênio, aplicação no mercado financeiro em contas de terceiros, falta de licitação e irregularidades no pagamento de pessoal, entre outros.

O TCU, no entanto, ainda não tem idéia de quanto dinheiro foi desviado. Em abril de 1988, por exemplo, o secretário estadual da Saúde de São Paulo, José Aristodemio Pinotti contratou sem licitação, por Cr\$ 65 milhões, a empresa Quadros Engenharia e Construções Ltda para reformas no quinto e sexto andares do prédio do Instituto de Saúde sem que tenha ficado configurado o caráter de urgência em que se fundamentou o órgão para dispensar a licitação.

O mesmo nível de omissão, falta de planejamento e desperdício acontece no âmbito dos estabelecimentos de saúde. Médicos e funcionários de hospitais paulistas contam que ninguém na instituição sabe quanto dinheiro existe para ser gasto. Os pedidos de compra de materiais dependem sempre da atuação de um órgão superior, que intermedia os negócios, tira proveito nas concorrências e ainda tem o poder de boicotar a instituição se tiver interesse.

É por razões como estas que o hospital estadual de Ferraz de Vasconcelos, município que faz parte da Grande São Paulo, já padecia da falta de luvas e fios de sutura, mas estava com caixas e caixas de soro em estoque, suficientes para vários meses de uso.



Luiz Prado/AE

Atendida precariamente, a população ensaia, às vezes, algum tipo de protesto. Em vão. A política contaminou o sistema de saúde.

Curiosamente, contam os funcionários, estoques que permaneciam vazios havia meses são repostos de imediato ao primeiro sinal de mobilização ou greve dos trabalhadores da instituição. A incompetência administrativa, alia-se a falta de responsabilidade em todos os níveis. "Ninguém é dono de nada e portanto não cuida de nada", afirma um médico paulista, que trabalhou durante

alguns anos num hospital do Inamps gerenciado pelo Estado.

Mercado financeiro

A mesma falta de responsabilidade fica patente quando surgem as denúncias. No emaranhado de atrasos e desvios do dinheiro do Suds, pipocavam acusações de todos os lados. Os estudos culpavam o governo federal pelo atraso e a redução dos recursos. O governo federal afirmava que já ha-



Epiácio Pessoa/AE

via liberado o dinheiro. Os hospitais particulares contratados pelo Inamps denunciavam as secretarias estaduais por estarem aplicando as verbas no mercado financeiro antes de repassá-las. E estados e municípios acomodaram-se com os repasses federais e deixaram de aumentar seus gastos orçamentários com saúde.

Em outro nível de atuação, hospitais e postos do Inamps —

que após o Suds passaram para o gerenciamento dos estados — foram deixados à mingua pela mesma forma de boicote, enquanto os diretores dos estabelecimentos e os chefes dos Escritórios Regionais de Saúde das secretarias estaduais trocavam mútuas acusações de incompetência administrativa e fraude em concorrências e licitações.

Do outro lado do setor, os hos-

pitais privados contratados pelo Inamps, que recebiam com 60 a 90 dias de atraso uma remuneração por serviços prestados e em valores já defasados, decidiram suspender o atendimento aos segurados. Sem escolha, os segurados do INPS superlotaram os hospitais estaduais e municipais, sucateados pela falta de investimentos e onde a maioria do setor de enfermagem é composto por atendentes e auxiliares que entraram no serviço como faxineiros e aprenderam o ofício na prática.

Depósito de doentes

Os serviços públicos viraram, nos últimos anos, depósitos de doentes, onde médicos e funcionários — os que resistem — atuam na base do improvisado. Assim, quando uma das pequenas células doentes deste organismo debilitado procura ajuda, ela vai a um posto de saúde e não encontra médico. Vai ao hospital conveniado e descobre que precisa pagar para ser atendida. Enfrenta, então, horas de fila num hospital para agendar para dali a um mês uma consulta que durará apenas alguns minutos e terá como resultado um remédio que ela não pode comprar ou o pedido de um exame complementar, que significa novas horas de fila. Pode ter o azar, ainda, de estar diante de um dos centenas de médicos que se formam anualmente em faculdades de Medicina que nem sequer dispõem de um hospital-escola próprio e que talvez erre o diagnóstico.

Se quiser reclamar, esta célula sequer sabe a que órgão se dirigir e quando tenta se informar é confundida com um emaranhado de siglas que designam outros órgãos aos quais deve se dirigir. Talvez chegue a ser atendida. Nessa caso, muitas vezes é para ter a surpresa de ficar internada numa maca no corredor — ou num colchonete no chão — à espera de vagas. Quando a morte não vence a letargia das filas.